



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	9068/2023
Data do Início	02/05/2023
Folha	11
Rubrica	

Processo nº 9068/2023

PARECER GPG N.º 391/PGM/2023
IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE PREGÃO
PRESENCIAL N.º 04/2023 - ANÁLISE DE LEGALIDADE

Data: 09/05/2023

I - RELATÓRIO

Trata-se o presente de impugnação interposta por ATAC FIRE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO LTDA ao Edital de Pregão Presencial nº 04/2023, que tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de prevenção e combate a incêndio, atendimento emergencial de primeiros socorros por meio de brigada de incêndio, visando atender as demandas existentes nas dependências e edificações públicas da Prefeitura de Maricá.

A impugnante relata, em síntese, que seria necessário o credenciamento dos licitantes no Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro como empresa formadora de BC e BVI e prestadora de BC, na fase de habilitação. Desse modo, pleiteia seja reconhecida a omissão indicada.

A CPL, por sua vez, informa que o ponto indagado pela impugnante se refere à questão técnica, devendo a consulente certificar-se quanto à questão.

É o relatório.

II - DO MÉRITO

Conforme relatado, a impugnante suscita questão quanto ao necessário credenciamento dos licitantes no Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro como empresa formadora de BC e BVI e prestadora de BC, na fase de habilitação, devendo a questão constar na qualificação técnica do Edital, assim, requer que a suposta omissão seja reconhecida.

A CPL (fls. 08/10), em síntese, informou que como a impugnação em comento versa sobre a qualificação técnica, fugindo o assunto de sua competência, a mesma deverá ser analisada pela Secretaria Requisitante.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	9068/2023
Data do Início	02/05/2023
Folha	12
Rubrica	


Na mesma esteira, esta Especializada ao analisar os autos entende que por se tratarem de questionamentos técnicos, este Órgão Jurídico não detém *expertise* adequada para analisá-los, devendo a área técnica da Secretaria de Proteção e Defesa Civil manifestar-se sobre a matéria através de justificativa detalhada, assinada por profissional técnico especializado, com capacidade para examinar os apontamentos levantados.

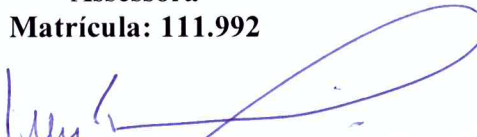
Resta consignar que todas as decisões devem ser justificadas e fundamentadas para fins de legalidade do procedimento licitatório.

III - CONCLUSÃO

Desta forma, em relação aos questionamentos apresentados, cabe à Autoridade Competente proferir a decisão técnica quanto ao pedido, devidamente justificada e fundamentada, sendo a presente manifestação de caráter orientador e opinativo.

Este é o entendimento. À Secretaria de Proteção e Defesa Civil,


Mariana Quintanilha M. Amaral
Assessora
Matrícula: 111.992


Villy Teixeira Silva
Assessor
Mat. 106.264

FABRÍCIO MONTEIRO PORTO
Procurador-Geral do Município